

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
28/03/2017	10:50	12:30	Auditório da Sede do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Comitê de Governança - CGOV
02	Reunião de Análise Estratégica - RAE
03	Portal da Estratégia
04	Portfólio de Projetos
05	Metas Nacionais
06	Equalização da Força de Trabalho
07	Sistema de Meritocracia
08	Justiça em Números
09	Rito/Agendamento
10	Encerramento

3. Participantes

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago	Presidência	
2	Desa. Maria da Purificação da Silva	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho	2ª Vice-Presidência	
4	Des. Osvaldo de Almeida Bomfim	Corregedoria Geral da Justiça	
5	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Corregedoria das Comarcas do Interior	
6	Juíza de Direito Rosana Cristina Souza Passos Fragoso Modesto Chaves	Assessoria Especial da Presidência I	
7	Juíza de Direito Marielza Brandão Franco	Assessoria Especial da Presidência II	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenadoria de Juizados Especiais	
9	Cícero Washington Pereira de Moura	Diretoria de 1º Grau	
10	Cláudia Nascimento de Jesus	Secretaria de Administração	
11	Carlos Alberto Santana Machado	Secretaria Judiciária	
12	Igor Caires Machado	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Flávio Avelino de Novaes	Assessoria de Comunicação	
15	Joana Costa Pinheiro	Universidade Corporativa	
16	Danilo Menezes de Santana	Controladoria do Judiciário	

4. Tópicos da Ata

Abertura e Orientações

O servidor da Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan), Gabriel Pondé, iniciou a reunião às 10:50. Ele agradeceu a presença de todos e anunciou a participação do Comitê de Governança do TJBA. Em seguida, convocou o secretário da Seplan para a condução do evento.

Introdução

O secretário de Planejamento, Igor Caires, iniciou sua palestra às 10:52 explicando o formato da reunião. A RAE é programada para o Comitê de Governança tomar as decisões sobre os números e ações estratégicas. O formato com público foi utilizado para permitir que todos os interessados pudessem conhecer o que é uma RAE, bem como integrar todos os que participam da instituição e, por conseguinte, também do Planejamento Estratégico.

Prosseguiu informando sobre a criação do Comitê de Governança: foi instituído com base numa resolução do Pleno, fundamentada numa resolução do CNJ que orienta os tribunais a criarem esse comitê para que as ações de uma gestão não sejam pontuais, e sim alinhadas à estratégia do órgão.

Ressaltou que o grande objetivo da reunião é envolver todas as pessoas na estratégia e nos indicadores do tribunal.

Portal da Estratégia

É um trabalho feito pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim), em parceria com todos os setores. A Seplan faz a compilação das ações das unidades do TJBA, mas não é um portal exclusivamente do setor. Na verdade, é uma ferramenta para a estratégia, um meio para mostrar o que os setores estão fazendo.

Explicou as informações contidas no portal. Frisou que é uma ferramenta de transparência de gestão.

Plano Estratégico do TJBA

Igor Caires abriu a apresentação sobre Plano Estratégico reconhecendo que a maioria das pessoas prefere o executar ao planejar e finalizou ressaltando a importância do planejamento.

Abordou a questão da visualização do Planejamento Estratégico através dos projetos estratégicos. Ressaltou que, para todos os que fazem parte da instituição, perceber a importância da estratégia está diretamente relacionada às ações que são tomadas e seus impactos na rotina do tribunal.

Comitê de Governança

A função do Comitê de Governança é validar a estratégia do órgão, avaliar os indicadores, os dados estatísticos e se os projetos são verdadeiramente estratégicos para a organização, além de tomar decisões a fim de que a linearidade da estratégia seja mantida.

Tripé da Estratégia

Apresentou o tripé da estratégia e ressaltou que a RAE faz parte da fase de monitoramento dela.

Ciclo PDCA

Localizou a RAE no ciclo PDCA (planejar, executar, verificar e agir) e enfatizou que outras reuniões serão realizadas, em especial as RLAs (Reuniões de Líderes Avançados), que ocorrerão entre Seplan e unidades do TJBA.

Portfólio de Projetos

Iniciou a apresentação do Portfólio de Projetos, mencionou o investimento feito pelo TJBA no SGP (Sistema de Gestão de Projetos), que permitirá o gerenciamento dos projetos do tribunal alinhados com a estratégia. O SGP permite acompanhamento online de projetos. Mostrou tela do SGP e informou que sua utilização já foi iniciada.

Destacou que o TJBA não está criando novidades em gerenciamento de projetos, mas, sim, aplicando boas práticas de diversos outros tribunais que já implantaram há mais tempo.

Igor Caires mostrou o portfólio e os projetos estratégicos alinhados com 99% (noventa e nove por cento) dos macrodesafios estabelecidos na estratégia. Sinalizou que estes foram selecionados depois do II Workshop da Estratégia, realizado em março de 2016; além daqueles informados pelas próprias áreas executoras. Enfatizou que o Escritório de Projetos e Processos foi criado para que todos possam compartilhar os projetos existentes.

Igor Caires citou como exemplo o projeto Cartórios Integrados, constante do portfólio, o qual foi uma boa prática trazida para o TJBA e visa a atingir o macrodesafio estratégico: Celeridade e Produtividade. Destacou que, para a execução desse projeto, várias áreas estão envolvidas.

Metas Nacionais

Pedro Vivas, integrante do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE), apresentou a partir das 11:10. Expôs o quanto o TJBA não conseguiu atingir as metas e que nossos números têm diminuído de 2009 a 2016. O TJBA não conseguiu atingir nenhuma Meta Nacional no período de 2013 a 2015.

O palestrante mostrou os resultados de 2016, evidenciando que conseguimos atingir duas metas. Ressaltou que o foco das Metas Nacionais estão nas sentenças.

Mostrou meta a meta de 2017 (da 1 até a 8). Explicou que as metas são determinadas pelo CNJ, construídas com o Comitê Nacional de Governança.

Momento de Integração: Saúde e Arte

Das 11:18 às 11:23, a Diretoria de Assistência à Saúde (DAS) promoveu atividade de relaxamento e alongamento, informou sobre o programa de ginástica laboral e o atendimento de fisioterapeutas.

Às 11:23, apresentou-se o vídeo institucional do Justarte (grupo de teatro do TJBA), que findou às 11:30.

Equalização da força de Trabalho e Meritocracia

O palestrante Erick Andrade, consultor contratado pelo TJBA, iniciou às 11:30. Ele elogiou o método da apresentação da primeira RAE do TJBA, o qual torna o planejamento estratégico mais próximo das pessoas envolvidas, não tratado de forma sisuda. Mencionou o contrato dos Correios como exemplo de agentes externos que impactam nas ações internas do TJBA e que este tribunal está agindo para melhorar o contrato.

Enfatizou que a Presidência está realizando várias ações com a finalidade de o tribunal atuar da melhor maneira possível, colocar pragmatismo nas ações para atingir os objetivos.

Erick Andrade mencionou a realidade dos tribunais, a quantidade do trabalho e da responsabilidade da alta cúpula. Elogiou a união da Mesa e a receptividade dos setores de alta cúpula com as ações de planejamento e consultoria.

Sobre a atuação do Comitê de Governança: a importância do compartilhamento das decisões para que a sobrecarga não fique apenas na Presidência, além das decisões administrativas terem uma relação institucional com vários órgãos.

Sobre a Resolução 219, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pontuou que pode ser vista sob duas óticas: um problema ou uma solução. A Resolução 219 é cultural porque tenta resolver um problema que existe há muito tempo em uma única gestão. Surgem, então, os questionamentos sobre se essa resolução deve ser aplicada em sua literalidade ou não; contudo,

as ações nesse sentido estão sendo avaliadas desde dezembro de 2016 juntamente à equipe da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e da Seplan. Mencionou a criação da equipe da Seplan e sua atuação nas ações de planejamento do TJBA. Destacou a importância de mesclar novos servidores com servidores antigos e do compartilhamento de conhecimento para a realização dos trabalhos do planejamento.

Explicou que a Resolução 219 possui dois níveis: um de processos e um de valores gastos com Cargos em Comissão e Funções de Confiança de quadro de servidores. No quesito de quadro de servidores, o TJBA está bem estruturado. A Presidência já determinou que as lotações serão centralizadas no DRH. Quando servidores forem requisitados, a Tabela de Lotação de Pessoal será consultada. As demandas de pessoal são inúmeras e não poderão ser analisadas sem uma fundamentação. A quantidade de 560 juizes mais 59 desembargadores gera um grande montante de solicitações de pessoal. Por essa razão, deve existir planejamento, método e disciplina.

Meritocracia

Erick Andrade informou que a Resolução 219 menciona a possibilidade de haver premiação aos servidores por produtividade. Há duas correntes sobre meritocracia no Judiciário: uma delas diz que não é possível haver premiação para servidores, uma vez que já há o vencimento pela atividade desenvolvida; outra corrente admite a possibilidade de premiação quando servidores conseguem ultrapassar seus objetivos e suas metas. A Resolução 219 adotou a segunda corrente e permitiu que os tribunais definissem critérios para atribuir prêmio de produtividade aos servidores. O TJBA está desenvolvendo seus critérios e a premiação para os setores e servidores que se destacarem no cumprimento de suas metas. O consultor Erick Andrade finalizou sua apresentação com elogio ao formato da RAE e destaque às reuniões de Planejamento que devem ser leves; o importante é fazer com que todos tenham acesso ao Planejamento.

Justiça em Números

O Secretário Igor Caires retornou à apresentação para falar sobre Justiça em Números. Informou sobre os encontros em Brasília, nos quais se divulgou que o TJBA não foi contemplado nas Metas Nacionais nem no Selo Justiça em Números. Ressaltou que a realidade do TJBA não condiz com os números mostrados. Não somos os piores, mas estamos nos mostrando como tais.

O primeiro trabalho em execução é organizar as informações. A forma como mandamos as informações para o CNJ está equivocada. Em 2017, a meta é transmitir os dados de 2016 de forma correta. O objetivo é ter o olhar aprofundado para as unidades judiciárias. Entender tudo o que acontece em todas as unidades judicantes.

Anunciou a reestruturação do NEGE (Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica) para melhorar a qualidade da informação. Hoje temos uma oportunidade para essa melhoria. Há um conflito nos dados, por exemplo, de casos pendentes. A base levantada de acordo com os critérios do CNJ é menor do que o número que é informado por nosso sistema. As unidades estão focadas no que aparece em seu sistema e no trabalho que deve ser feito em cima desse número. O conceito do CNJ não chega para as unidades. Relatou como acontece: o CNJ pede a informação e diz o que quer em um glossário. A unidade muitas vezes não identifica o número real. Ressaltou a importância de o tribunal conhecer realmente seu quantitativo. O NEGE é a unidade responsável pelo fornecimento dos dados que dão suporte às análises do desempenho e da estratégia do tribunal, inclusive o constante dessa RAE.

O TJBA deve começar a mudar o seu olhar para atender ao que dá resultado. Explicou que o Selo Justiça em Números mostra a qualidade dos dados do TJBA. Temos que atender três situações para conseguir o Selo. O primeiro passo é arrumar a base. Conseguir cruzar 3 situações: 1) Mandar os arquivos de acordo com o MNI (Modelo nacional de Interoperabilidade). O TJBA, desde 2011, nem sequer concorre ao Selo. Esse ano, o TJBA inscreveu-se; 2) Módulo de Produtividade mensal; 3) Módulo de Litigiosidade. Esses itens devem coincidir para que o TJBA possa concorrer ao Selo. Foram descobertos erros nas tabelas do TJBA e já foram corrigidos. Esses três itens estão sendo confrontados, a fim de que o TJBA consiga atingir o objetivo do selo.

Erick Andrade fez uma intervenção sobre os números do Selo. Tais dados impactam no Justiça em Números, bem como em quantitativo de servidores nas unidades, desativação das comarcas e investimentos nos projetos. Podem ter influência positiva ou negativa. No caso, quando os números estão errados, é negativa. Ressaltou a participação de Dr. Sadraque junto com a Unicorp no sentido de conscientizar o servidor que está na base sobre a qualidade da informação inserida e sua repercussão em diversas ações.

Erick Andrade salientou que essas ações são parte da mudança de cultura. A Presidente Des. Maria do Socorro interveio e informou que a presença de Dr. Sadraque será imprescindível na visita ao tribunal de Roraima, na qual Boas Práticas serão captadas.

Igor Caires expôs sobre o Encontro Nacional de Boas Práticas que será realizado em Salvador. Deu continuidade ao esclarecer sobre a ação do CNJ que compara os dados estatísticos dos Tribunais. Temos que impulsionar sentenças e baixas processuais. Para isso, será instituído um prêmio com base na meritocracia e com o objetivo de valorizar aqueles que tenham alta produtividade. Em janeiro de 2018, as unidades que melhor trabalharem durante o ano de 2017, de acordo com os critérios do Justiça em Números, serão premiadas. Nesse sentido, destaca-se a importância do lançamento correto dos dados no sistema.

Os módulos de Litigiosidade e de Produtividade não existem mais. O que devemos fazer agora é corrigir no sistema. No primeiro momento, poderá haver um impacto, mas, de agora em diante, a informação estará em um único sistema e de forma correta. Igor Caires mostrou o ranking atual do TJBA com base nos critérios do CNJ e explicou que há dois procedimentos e pesos envolvidos: sentenças proferidas e baixas processuais realizadas. Os mesmos utilizados para referenciar a ideia do Prêmio. Salientou que os números das metas Nacionais devem continuar a ser acompanhados. O trabalho do ranking é paralelo ao da equalização da força de trabalho. O objetivo não é devassar as unidades e, sim, fazer com que elas busquem seus resultados. A Presidente ressaltou a importância da divulgação do Prêmio e do Ranking. Igor Caires informou que tanto o Prêmio quanto as regras serão divulgados no Portal da Estratégia.

Finalizou agradecendo a presença de todos. Esclareceu que o modelo de RAE será diferente: essa primeira foi uma abertura, mas as próximas deverão ser mais técnicas e detalhadas. Esperamos que a missão dessa RAE tenha sido cumprida. Sentimos que três objetivos foram cumpridos: a) mostrar para o tribunal o que a gestão – e não a Seplan – está fazendo em relação à estratégia e aos números do TJBA; b) mostrar ao Comitê as ações de gestão estratégica que estão sendo desenvolvidas; e c) deliberar sobre a próxima RAE. Para esse item, convidou Dr. Cícero Moura.

Dr Cícero Moura informou que o comitê precisa deliberar sobre formato (fluxo), data, horário da próxima RAE.

Passos para próxima RAE:

Leitura da ATA;

Apresentação dos indicadores estratégicos;

Os integrantes do Comitê deverão analisar os indicadores que apresentem um alerta. (sinal amarelo ou vermelho). Deverão sinalizar os rumos e ações que deverão ser tomadas para as melhorias

Notifica as áreas para melhoria dos indicadores;

Agendar a próxima reunião.

A próxima RAE tem como data sugerida o dia 20/06/2017. Solicitou a deliberação do Comitê.

Comitê concordou com o rito apresentado – Aprovado

Comitê concordou com a data de 20/06/2017 – Aprovado

Comitê concordou com o horário de 09:00 – Aprovado

Palavra de agradecimento da Presidente aos servidores e aos integrantes do Comitê de Governança pelo trabalho realizado. Continuar com boa vontade e acreditando que a gestão será concluída com êxito.

O servidor Gabriel Pondé solicitou a assinatura da lista de presença e encerrou a reunião às 12:30.